

O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA: A LEI 10.639 E A REALIDADE NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOLA SACO DA VÁRZEA EM SÃO JOSÉ DO PIAUÍ (2003 – 2015)

Simoní Portela Leal

Graduanda em História pelo PARFOR da Universidade Federal do Piauí
E-mail: simoniportela@hotmail.com

Brisdete Sepúlveda Coelho Brito

Orientadora, Mestra em Administração, Professora do PARFOR da Universidade Federal do Piauí E-mail: brisdete1@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, lei maior que rege a nação brasileira, nos faz um convite a assegurar os “direitos sociais e individuais”, promovendo a igualdade e justiça criando uma sociedade pluralista e sem preconceitos. Esses princípios são reforçados na LDB 9394/96 com a exigência de um currículo que atenda às necessidades de todas as partes envolvidas na relação ensino – aprendizagem.

Mesmo assim, nos deparamos com uma política de formação de uma ideologia inferiorizante, colocando o aluno negro a ver sua identidade associada a uma conjuntura negativa em afirmações que surgem nas aulas de História em relação à cultura e história de seu povo. Com o advento da resistência e lutas pela igualdade e liberdade o Estado cria a lei 10.639/2003, tornando obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

Com o intuito de analisar até que ponto está sendo aplicada a lei na comunidade quilombola Saco da Várzea, o presente trabalho visou observar se os professores têm consciência da importância da sua aplicabilidade ou se são meros reprodutores de discursos de livros didáticos. Além de verificar a visão dos que foram por muito tempo excluídos e discriminados, percebemos que agora se veem com uma oportunidade de evidenciar a sua cultura, reforçando os seus valores e tradições dentro da comunidade por meio da educação.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida em duas fases: pesquisa bibliográfica, que de acordo com Gil (2010, p. 50), é “elaborada com base em material já publicado” desde livros, jornais, teses, até material disponível na internet e pesquisa de campo” e de acordo com Lakatos (2006, p. 43-44), é um “levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos acontecem”, com técnicas de observação direta (entrevistas) e direta extensiva (questionários, formulários).

A primeira fase, exploratória e bibliográfica, consistiu na consulta a livros, revistas e outras fontes procurando evidenciar e nortear os aspectos teóricos da temática. A segunda fase da pesquisa consistiu na coleta e análise de dados na pesquisa de campo onde foram utilizados os métodos descritivos e qualitativos, levando em consideração a observação da coleta dos dados diretamente com os agentes participantes da temática. A pesquisa foi realizada na comunidade quilombola Saco Várzea, localizada na cidade de São José do PI, e direcionada para os professores de História, a partir da aplicação da sondagem e entrevistas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A comunidade remanescente de quilombola está localizada na Zona Rural do Município de São José do Piauí, a 2 km da sede do município. A comunidade conta com 115 famílias que se autodefinem como remanescentes de quilombolas.

De acordo com a pesquisa observa-se a presença do branco na comunidade até mesmo na sua formação, pois moradores afirmam que acontece uma divisão entre uma parte branca na região da Lagoa e uma parte negra, que se referem a Saco da Várzea (Giselya Jesus, moradora da região da Lagoa) como lar. A Escola Municipal Raimundo Borges se localiza na parte da Lagoa e, de acordo com a diretora Gecieuma de Sousa Rocha, é uma escola registrada no Censo do MEC como de quilombola, mas que não recebe nenhuma ajuda direta do Governo Federal. Todos os programas são iguais aos das outras escolas convencionais, o PPDE – Escola Campo, o dinheiro do Conselho Escolar e a ajuda que é dada pela Secretaria Municipal de Educação.

A interferência do branco ainda chega mais longe, pois segundo a professora pesquisada, que já tem mais de 20 anos de atuação docente na escola, “todos os professores são brancos e tem vínculo direto com a Secretaria de Educação Municipal”. Ao todo são cinco professoras, sendo quatro efetivas e uma contratada que trabalham em salas multiseriadas que vão desde a Educação Infantil até o 5º ano. Nenhuma das professoras mora na própria comunidade, todas possuem nível superior e apenas uma professora é formada na área de História. Observou-se que, por não serem da própria comunidade, não respiram os traços de ancestralidade e nem têm vínculos empregatícios com ela [a comunidade].

O caso mais alarmante é a falta de autonomia da própria escola, já que está vinculada à Secretaria Municipal. Para a diretora, “Antes, quando não se tinha direção na escola, as professoras tinham mais autonomia na escolha de trabalhos interdisciplinares, mas a partir de 2013 a escola passa a ter administração própria e seguimos o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Interno da Secretaria e que é comum para todas as escolas”.

Quando perguntadas sobre a sala de aula, já que as professoras afirmam conhecer a lei, elas dizem que tentam de forma interdisciplinar trabalhar com a temática. Porém seguem um livro escolhido e estabelecido pela Secretaria Municipal e devem seguir um cronograma. Constatou-se também que outra forma usada pelas professoras para trabalhar com a temática são as ações desenvolvidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (antigo PETI), que desenvolve atividades recreativas e de reforço escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que muitos progressos foram feitos em todo o país através da regulamentação de leis que favoreçam os indivíduos que foram duramente inferiorizados pela historiografia. Esse avanço se observa também na Comunidade Saco onde a influência do Movimento Negro foi decisiva na afirmação da identidade do povo da comunidade, fazendo com que lutassem pelo reconhecimento junto à Fundação Palmares.

Porém, na educação, se observa que há um longo caminho a percorrer, já que a escola da comunidade não tem autonomia para a escolha de conteúdos referentes ao Ensino de História e Cultura Africana, mas seguem um roteiro estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação do Município de São José do Piauí. O livro didático também é o adotado no município e as professoras pincelam os conteúdos com atividades extras e pesquisa de campo, sobre a História e os aspectos culturais da Comunidade. No entanto, o que prevalece ainda é a ideologia do branqueamento.

Referências

BRASIL. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília (DF): Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003. Altera a Lei N. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=236171>. Acesso em: 24 jan. 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo. Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos**. 7. ed. Atlas, 2007.

SILVA, Raila Quelly Moura. **História e memória da Comunidade Quilombola Saco da Várzea, São José do Piauí - PI**. 2013. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/picos/arquivos/files/Raila%20Quelly.pdf>. Acesso em 10 abr. 2015.